DECLARAÇÃO DE MORADIA CEDIDA

Eu, (NOME COMPLETO) , portador do CPF de nº Clique ou toque aqui para inserir o texto., e do RG nº Clique ou toque aqui para inserir o texto. residente no endereço Clique ou toque aqui para inserir o texto., declaro, sob as penas das Leis Civil e Penal**,** para fins de comprovação de informações prestadas no cadastro de inscrição e ou de apresentação de documentos para o processo de bolsas de estudos que sou: .................................................. do aluno e cedi para (NOME COMPLETO) Clique ou toque aqui para inserir o texto. o imóvel localizado no endereço (RUA/Nº/BAIRRO/CIDADE/ESTADO): Clique ou toque aqui para inserir o texto. , sem custos, para o período de (data/mês/ano) Clique ou toque aqui para inserir o texto. à (data/mês/ano) Clique ou toque aqui para inserir o texto..

[ ] Outra situação, explique Clique ou toque aqui para inserir o texto..

Para que se firme verdade, assino a presente declaração e assumo a responsabilidade pelas informações prestadas, sob as penas da \*Lei, junto à Instituição de Ensino, estando ciente de que as informações contidas neste documento são passiveis de verificação pelas Comissões de Seleção e de Fiscalização e que a omissão, ou, a apresentação de informações e/ou documentos falsos, ou, incompatíveis/divergentes implicam no indeferimento ou cancelamento imediato do benefício, além das medidas judiciais cabíveis.

Local: Clique ou toque aqui para inserir o texto. , Data:Clique ou toque aqui para inserir o texto.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Assinatura do CEDENTE** **conforme documento de identificação**

*(Será aceito apenas o documento reconhecido em cartório ou com assinatura digital do Gov.BR)*

**\*CÓDIGO PENAL BRASILEIRO** - Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.